

A Formação do Gosto pelo Cinema em Santarém, 1895-1959.

O Cinema no Teatro Taborda, (1895-1954)

O palco do Teatro Taborda, hoje sede do Círculo Cultural Scalabitano, não serviu exclusivamente às actividades teatrais, pois as diversas associações, que o geriram desde 1895, tiveram sempre uma forte ligação à vida da cidade e aos seus habitantes. A *primière* deste teatro sucedeu no dia 28 de Abril desse ano, que foi o da sua fundação. Durante as inúmeras récitas, apresentaram-se músicos, orquestras de amadores, *diseurs*, artistas dramáticos de Santarém, no seu salão ensinava-se dança, esgrima, jogo do pau, equitação, ginástica sueca e apresentavam-se as mais modernas artes como a fotografia e o cinema.

Tratando-se dos primórdios do cinema, do ponto de vista da formação do público em Santarém, temos forçosamente de remeter para as actividades que este Teatro oferecia aos sócios e restantes conterrâneos.

Verificando as páginas dos jornais da época, destacou-se um nome e um facto curioso. O nome: Menezes e Almeida (?-?), distinto e reconhecido actor amador da nossa cidade que, no final do século XIX, contracenava com actores profissionais de grande relevo no país, como Taborda, Eduardo Brasão, Rosa Damasceno, Augusto Rosa e João Rosa, que se apresentavam periodicamente no palco do Teatro Rosa Damasceno e, também, em Lisboa. Este terá sido, certamente, o precursor e impulsionador do cinema em Santarém. O facto: a sua vocação artística foi denunciada, pelas referências ao seu papel de cenógrafo e de fotógrafo amador, responsável por ter dado a conhecer a lanterna de projecção de fotografia animada, ou seja, a Lanterna de Lumière, à população de Santarém, em Agosto de 1895, precisamente cinco meses antes da sua apresentação em Paris, verificada no mês de Dezembro do mesmo ano. A sua actividade de actor levou-o a Paris, nesse ano de 1895 e o seu elevado interesse pela fotografia levou-o a adquirir essa espantosa invenção. Se não vejamos: no dia 15 de Agosto de 1895, noticiava-se, no *Correio da Estremadura*, a organização de uma récita a favor dos Banda dos Bombeiros Voluntários: “Para esse fim, há ideias de pedir ao nosso ilustrado amigo Menezes e Almeida, uma sessão fotográfica, com a magnífica lanterna de projecção que o magnífico amador de fotografia trouxe há pouco de Paris, por ocasião da sua *tournée*”¹.

Acrescente-se, por curiosidade, que a 30 de Junho do ano seguinte, no *Jornal de Santarém*, constava já a alusão àquele que consideramos o primeiro Animatógrafo de

¹ Menezes e Almeida prosseguiu a sua actividade de amador de fotografia e chegou a receber o 3.º prémio da Associação Belga de Fotografia, em Bruxelas, em 1904. Cf. *CE*, 10 de Dezembro de 1904.

Santarém, na sala do Teatro Rosa Damasceno, onde se exhibiria um espectáculo de fotografia animada: “Dizem-nos que este animatógrafo possuiu quadros muito interessantes, salientando-se a *Saída de Félix Faure para a Rússia* e a *Noite de Núpcias*. Também nos merece particular interesse a *Debulhadora Mecânica*, em activo serviço nos campos do Ribatejo... salvo seja”². Relembre-se que o primeiro animatógrafo, em Lisboa, teve a sua exibição em 18 de Junho³, dias antes daquele que se inaugurou em Santarém.

Nas primeiras décadas do século XX, as sessões do animatógrafo prosseguiram na sala do Teatro Rosa Damasceno, dando lugar depois ao cinema mudo e, ainda mais tarde, ao sonoro. Sabe-se que, na década de Vinte, os intervalos dos filmes eram animados por um trio de músicos onde participava o músico e compositor Belo Marques, aquele que viria a ser o futuro maestro do Orfeão Scalabitano, fundado em 1925.

Com a afirmação do republicanismo português, ganhou raízes a ideia de que o cinema, tal como o teatro, deveria servir a educação do cidadão, pois com ele tinha oportunidade de obter conhecimento e de reflectir sobre os assuntos tratados pelos filmes. O cinema era olhado com relevância pelo seu carácter educativo e não só recreativo.

Com a instituição do Estado Novo, em 1933, o cinema passou a ter enorme relevância, pois foi considerado um meio extraordinário de propaganda das “novas” ideias e do “novo” homem e, por isso, além de subsidiado, foi também divulgado, de forma ambulante, por instituições estatais como a FNAT (hoje INATEL). A par do cinema apoiado pelo Estado, emanaram os cineclubes, para quem o cinema assumia o papel que tinha tido para os republicanos, um meio de defender a educação e cultura, o que veio a colidir com a ideia defendida pela ditadura salazarista e a incitar a sua conotação com os movimentos oposicionistas.

Em 1932, anunciou-se a criação de uma Associação Scalabitana dos Amigos do Cinema que viu os seus objectivos fracassar, certamente devido às enormes dificuldades económicas, do início dos anos Trinta ou, talvez, pelos impedimentos criados pelo próprio regime.

Relativamente ao cinema no espaço do Teatro Taborda, onde se instalara o, agora, Clube Literário Guilherme de Azevedo, pelo menos desde 1912, pouca referência se fez a esta arte. No entanto, já nos anos de Quarenta, o Clube sob a presidência de José Rodrigues Portela, que tomou esse lugar na Direcção em 1942, em período de grave carência financeira, aproveitando o gosto crescente da população pelo cinema, com o objectivo de

² “Animatógrafo – Teatro de Santarém” in *Jornal de Santarém*, 30 de Junho de 1896, p. 2.

³ Cf. Associação para o Desenvolvimento do Cinema Português, www.amordeperdicção.pt

atrair os sócios e aumentar a frequência da sede, deu-se nota que José Rodrigues Almeida iria desenvolver sessões periódicas de cinema, com o auxílio de José Maria Chaves, agente da empresa Pathé Baby em Santarém⁴.

O Círculo Cultural Scalabitano e o Movimento Cineclubista (1954-1959)

No ano em que se fundou o Círculo Cultural Scalabitano, em 1954, as páginas do *Correio do Ribatejo* davam conta de um movimento de opinião que se formara à volta do cineclubismo. As colunas com o título de “Cinema” eram assinadas por Manuel Alves Castela e por Fernando Duarte⁵, ambos profundamente interessados na Sétima Arte, tanto que os dois vieram a desempenhar um papel importantíssimo no desenvolvimento do gosto pelo cinema em Santarém, lutando contra todas as adversidades, conseguindo concretizar, no início dos anos Setenta, o Festival Internacional de Cinema de Santarém.

A compreensão deste movimento foi-nos dada, em parte, através de uma polémica intitulada “Poeiras de Cineclubismo” que estalou nas páginas do *Correio do Ribatejo*, em 1957, entre José Carlos Oliveira Sollas e o Cineclub de Santarém, pela pena dos seus dirigentes Francisco Pereira Viegas e Edmundo Vaz Mourão⁶.

Assim, no ano de 1954, o movimento cineclubista em Santarém, cujo protagonista mais evidente era Manuel Alves Castela, consultou alguns amigos e apresentaram o seu projecto de Cineclub às entidades oficiais da cidade de Santarém, nomeadamente à Comissão Municipal de Turismo e ao Governo Civil. Depois da sua boa aceitação destes, elaboraram-se os Estatutos e enviaram-no para “aprovação oficial”. Tal aprovação tardou e os obstáculos não se fizeram esperar, nomeadamente na adesão do número de sócios suficiente para levar a cabo a sua missão: “Não existirão uns dois milhares de frequentadores dos nossos cinemas? Estamos certos que esse número deve ser excedido, mas não sabemos se entre ele, se conseguirão os 250 ou 300 sócios necessários à edificação das *traves mestras* do Cineclub”⁷. Sob o subtítulo “A questão económica e o Cineclub”, Alves Castela, quando analisou o panorama das associações culturais de Santarém, nesse ano de 1954, deu nota de outra preocupação: “Formar uma nova associação cultural, não é tão fácil quanto parece, mais a mais, quando duas das já existentes, buscam na fusão, a solução dos seus problemas financeiros, procurando dessa

⁴ “Acta n.º 3”, de 2 de Dezembro de 1942 in Grémio Literário Guilherme de Azevedo, *Livro de Actas de Direcção*, Arquivo do CCS.

⁵ Fernando Duarte era director da revista de cinema *Visor*, fundador do Cine-Clube de Rio Maior.

⁶ Cf. *Correio do Ribatejo*, Janeiro e Fevereiro de 1957.

⁷ *CR*, 11-9-1954, p. 4.

maneira, evitar a dispersão de fundos...”. Essas associações em fusão eram o Clube Literário Guilherme de Azevedo e o Orfeão Scalabitano.

Com o atraso da aprovação e a dificuldade na adesão de sócios, sabendo que alguns dos elementos do Cineclube eram também sócios da nova associação, a solução encontrada foi sugerir à primeira Direcção do Círculo Cultural Scalabitano, eleita em Dezembro de 1954, na sua primeira reunião de dia 3 de Janeiro de 1955, a constituição de uma nova secção de Cineclube. Esta sugestão foi desde logo acarinhada pelo vice-presidente Manuel Ginestal Machado e aprovada por toda a Direcção.

Esta secção, que tomou a designação de Cineclube, orientada pelo elemento da Direcção Dr. Eduardo Cambezes, iniciou a sua actividade no dia 2 de Março com o filme *D’Homme à Homme*, na tradução portuguesa “Do Sangue Nasceu uma Cruz”, de Christian Jacques, comentado por Gentil Marques, o cineasta e crítico, muito bem relacionado com esta associação que também apresentou o seu documentário *Arte Sacra Missionária*.

Depois de algumas alegadas dificuldades, a actividade da secção de Cinema do Círculo Cultural prosseguiu no dia 9 de Novembro, com o filme *A Sombra de um Homem*, comentado pelo advogado, escritor e cineasta, Luís Francisco Rebelo, que não podendo ter marcado presença, enviou um comentário escrito, lido após a sessão.

No mês anterior, em Outubro de 1955, Manuel Castela deixou a “Comissão de Cinema” do Círculo Cultural que ficou composta por Eduardo Cambezes, Henrique Dias Vigário, Joaquim Maria das Neves e Alexandre de Sousa Passos⁸.

Não se constou nenhuma cisão, no entanto, sabe-se que a autorização para a constituição do Cineclube de Santarém ocorreu neste mesmo ano⁹ e, certamente, o movimento cineclubista optou por sair e se tornar independente do Círculo Cultural Scalabitano. Tal se compreende através da notícia de dia 9 de Dezembro, onde era anunciada uma sessão inaugural do “Cineclube de Santarém, antiga aspiração dos amadores de bom cinema ”¹⁰ e, ainda, pelo *Relatório* de 1955, do Círculo Cultural onde se inscreveu o nome da secção de cinema como “Cinema Cultural”, de forma a não colidir com a recém-formada associação.

O “Cinema Cultural” prosseguiu a sua actividade no CCS, da mesma forma aliado ao movimento cineclubista, a par da sua associação congénere, registando-se no seu

⁸ Cf. Acta n.º 17, de 21-10-55 in Círculo Cultural Scalabitano, *Livro de Actas da Direcção*, 29 de Julho de 1954 a 12 Fevereiro de 1957, Arq. do C.C.S.

⁹ José Carlos Oliveira Sollas, “Poeiras de Cineclubismo” in *Correio do Ribatejo*, 9-2-1957, pp. 4 e 8.

¹⁰ *Correio do Ribatejo*, 9-12-1955, p. 2.

Regulamento a necessária colaboração com “todos os Cineclubes e Secções de Cinema de características idênticas, em prol da arte cinematográfica”¹¹.

A adesão a este movimento ficou, igualmente, demonstrada pela sua participação no II Encontro dos Dirigentes dos Cineclubes Portugueses, em 1956, realizado na Figueira da Foz, para o qual se organizou uma delegação do Círculo, constituída por Manuel Ginestal Machado, Joaquim Maria das Neves e Proença Ferreira. A intermitência de 1957, por ocasião do III Encontro, desenvolvido em Lisboa, nos dias 1, 2 e 3 de Novembro, deveu-se ao facto de o Círculo ter sido considerado unicamente como delegado observador, o que impedia o direito a voto, motivando “...a não participação no mesmo [...] evitando-se que a Federação de Cineclubes se intrometa na vida associativa da colectividade”¹². O IV Encontro dos Cineclubes Portugueses, presidido por César Moreira Baptista, então secretário nacional do SNI, realizou-se em Santarém, com o contributo do Cineclubes de Santarém, em Novembro de 1958, no qual participou o CCS. Após este IV Encontro, ao contrário do que podia fazer parecer a presença do dirigente do SNI, o Governo desferiu um duro golpe no movimento cineclubista, promovendo legislação que impedia a continuidade do movimento e divulgando uma lista de dirigentes proibidos de pertencerem a qualquer instituição cultural¹³.

Apesar de todos os constrangimentos relativos à época¹⁴, as sessões de cinema do Círculo Cultural concretizaram-se com alguma regularidade (em 1957 já tinham realizado treze sessões). Essas eram quase sempre acompanhadas de um folheto impresso que incluía a ficha técnica do filme e diversos apontamentos críticos, transcritos de revistas especializadas e de cineclubes da época, como *Cinema Universitário*, *Rassegna del Film*, *Visor*, *Objectivo*, *Cinema e Télé-Ciné*¹⁵.

Para as exhibições de filmes, até 1957, o CCS beneficiava de um módico aluguer do Teatro Rosa Damasceno, estipulado pela empresa arrendatária, para apresentação de filmes de formato de 35 mm. Nesse ano, o aumento de 750\$00 para 1000\$00 trouxe problemas acrescidos. Além deste problema, outros embaraços se relacionavam com as autorizações: o novo Decreto-Lei n.º 40 572, de 16 de Abril de 1956, impossibilitava o recurso aos filmes de 16 mm a passarem na sede do Círculo Cultural, mesmo observando-se “que se levam a

¹¹ “Regulamento”, Abril de 1957 in *Regulamentos*, [1954-1957], Arquivo CCS.

¹² “Acta n.º 42”, de 21-10-57.

¹³ Nesse movimento, em Santarém, alguns dos seus dirigentes também o eram do Círculo Cultural como Edmundo Vaz Mourão, Joaquim Maria das Neves e Luís Eugénio Ferreira. Cf. Ferreira, Luís Eugénio, *Santarém, Memórias da Cidade*, Santarém, Jortejo, 1998, p. 60.

¹⁴ Para mais informações consulte-se <http://movcineclubes.weblog.com.pt>

¹⁵ CCS, *Programas Dispersos*, 20/3/1957, Arquivo CCS.

efeito sessões de 16mm, noutras localidades [...] com filmes cedidos pelas embaixadas, portanto não censurados”¹⁶. A referida Comissão denunciou, ainda, com oportuna cautela, o rigor com que a Delegação de Espectáculos de Santarém tratava as “formalidades legais, o que não se pode levar a mal, pois está dentro do seu papel”¹⁷. Após a tentativa de resolução destas questões, promoveu-se em 1958, uma homenagem ao artista e realizador Charles Chaplin, no dia 26 de Abril que deverá ter sido a derradeira sessão da Secção de Cinema. Em Outubro de 1959, José Carlos Oliveira Sollas assumiu a suspensão das actividades da secção de “Cinema Cultural”, atribuída à falta de salas de exibição.

Conhece-se, hoje, as dificuldades impostas pelas leis do regime, os cortes da censura aos filmes, a definição de normas padrão que uniformizaram a produção de cinema português, a vigilância que a PIDE fazia às palestras que antecediam os filmes nos cineclubes e a lista de negra de filmes proibidos. Conhece-se, hoje, mas ainda falta conhecer e estudar mais profundamente os “cortes” ao conhecimento e à liberdade. Tal como no resto do país, o movimento cineclubista em Santarém assumiu a sua ligação ao movimento oposicionista.

O Cineclubes continuou a desenvolver actividade em Santarém e, depois de um abrandamento nos anos Sessenta, colaborou intensamente com o CCS, em conferências, exposições e projecções de filmes, nos anos anteriores ao 25 de Abril.

Hoje, o projecto Cine-Círculo, levado a cabo no Círculo Cultural Scalabitano, pela mão de dois estagiários, o Luís e a Ana, do curso de Animação Cultural e Educação Comunitária, com uma sessão de cinema às quartas-feiras, durante o mês de Maio, tem o mérito de nos mostrar que tudo o que se fizer pelo cinema “cultural”, ou seja, pelo cinema que está fora dos circuitos comerciais, nomeadamente o português que temos tanta relutância em apoiar, é sempre um acto de coragem.

Luísa Teixeira Barbosa

¹⁶ “Regulamento”, Abril de 1957 in *Regulamentos*, [1954-1957], Arquivo CCS.

¹⁷ *Idem, ibidem*.